



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 118/2025

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Municipal nº 4.118, de 30 de setembro de 2021, que institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de Diadema, e dá outras providências.

O Vereador Reinaldo Antônio Meira (Reinaldo Meira), no uso e gozo das atribuições legais que lhe confere o artigo 47 da Lei Orgânica do Município de Diadema, combinado com artigo 170 do Regimento Interno, vem apresentar, para apreciação e votação Plenária, o seguinte PROJETO DE LEI:

Artigo 1º. Ficam alterados a ementa e os artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 4.118, de 30 de setembro de 2021, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de Diadema, incluindo diagnóstico precoce de crianças e adolescentes com o uso da Inteligência Artificial (IA), dá outras providências.”

“ARTIGO 1º - Fica instituída a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de Diadema, que inclui o diagnóstico e prognóstico precoces com o uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA), destinado à identificação, acompanhamento e apoio às crianças e adolescentes com TEA.”

“ARTIGO 3º - Para os fins desta Lei, entende-se como Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aquela definida no artigo 1º, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.”

Artigo 2º. Ficam criados os incisos VIII a X e parágrafo único do artigo 4º e os artigos 4º-A, 4º-B e 4º-C da Lei Municipal nº 4.118, de 30 de setembro de 2021, com as seguintes redações:

“ARTIGO 4º -



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

VIII - Promover o diagnóstico precoce de condições que afetem o desenvolvimento infantil e juvenil, por meio da utilização de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA);

IX - A divulgação e o acesso às informações necessárias aos munícipes, através da afixação de cartazes contendo explicações sobre a importância do diagnóstico e da intervenção precoces do TEA, como também campanhas de conscientização sobre o tema;

X - Garantir a proteção de dados pessoais e o sigilo das informações coletadas, conforme a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Parágrafo único. A Política Municipal poderá contar com a participação de instituições públicas ou privadas, universidades, organizações da sociedade civil ou entidades especializadas.”

“Artigo 4º-A - A Política Municipal poderá utilizar sistemas de Inteligência Artificial para:

I - Identificar sinais precoces de risco para o TEA com base em registros de saúde, histórico escolar e avaliações psicossociais;

II - Cruzar informações anonimizadas e protegidas oriundas de múltiplas fontes, como unidades básicas de saúde, escolas e centros de referência;

III - Emitir relatórios preditivos que sirvam de apoio à atuação de profissionais de saúde e educação;

IV - Monitorar o progresso e o desenvolvimento de crianças e adolescentes em acompanhamento terapêutico.”

“Artigo 4º-B - As tecnologias de Inteligência Artificial utilizadas deverão:

I - Ser auditáveis e transparentes quanto aos seus critérios de análise;

II - Estar em conformidade com as diretrizes éticas de uso responsável da IA em saúde;

III - Possuir certificação de segurança e confidencialidade dos dados;

IV - Operar sob supervisão de profissionais qualificados nas áreas de saúde e tecnologia da informação.”

“Artigo 4º-C - A participação das crianças e adolescentes na Política Municipal será voluntária, mediante consentimento livre e informado dos pais ou responsáveis legais, conforme as normas éticas e legais vigentes.”

Artigo 3º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Diadema, 12 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente por:
REINALDO ANTONIO MEIRA
CPF: ***.736.708-**
Data: 19/11/2025 08:43:25 -03:00



Ver. REINALDO ANTÔNIO MEIRA
(REINALDO MEIRA)



Câmara Municipal de Diadema

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no Município de Diadema, uma política pública inovadora e necessária voltada ao diagnóstico e prognóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em crianças e adolescentes, utilizando Inteligência Artificial (IA) como ferramenta auxiliar.

A utilização da Inteligência Artificial permite analisar grandes volumes de dados de forma mais ágil e precisa, identificando padrões que, muitas vezes, escapam à observação humana.

Com isso, é possível antecipar diagnósticos, otimizar recursos públicos e direcionar o tratamento adequado.

Essa abordagem não substitui o profissional de saúde, mas atua como ferramenta de apoio, aumentando a eficiência e a precisão do processo diagnóstico.

Além disso, a Política Municipal promove integração entre saúde, educação e assistência social, assegurando que as crianças e adolescentes diagnosticados recebam o acompanhamento multidisciplinar adequado.

O TEA é uma condição de desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social.

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), 1 a cada 100 crianças apresenta algum grau de autismo, e quanto mais precoce for o diagnóstico, maiores são as chances de desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

A identificação precoce do TEA é reconhecida internacionalmente como essencial para garantir melhores resultados no desenvolvimento cognitivo, emocional, educacional e social das crianças afetadas.

Entretanto, no Brasil, o diagnóstico, muitas vezes, ocorre de forma tardia, comprometendo o início do tratamento e das terapias, fazendo com que muitas crianças percam oportunidades importantes de desenvolver melhor suas habilidades e viver com mais qualidade de vida.

Com esta iniciativa, o Município de Diadema assume o compromisso de combater o subdiagnóstico e o diagnóstico tardio do TEA, além de garantir o direito à informação, à intervenção precoce e à inclusão efetiva das pessoas autistas.

O Projeto está em consonância com a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que assegura prioridade absoluta à saúde e ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), que garante a proteção da privacidade dos cidadãos.

Assim, o Município de Diadema se coloca na vanguarda das políticas públicas de saúde e educação, integrando inovação tecnológica e cuidado humano.

Dessa forma, conto com o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste Projeto de Lei, com vistas à promoção de uma política pública responsável, sensível e que representa um passo importante para a construção de uma cidade mais acolhedora, justa e atenta às necessidades de todas as crianças e de suas famílias.

Diadema, 12 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente por:
REINALDO ANTONIO MEIRA
CPF: ***.736.708-**
Data: 19/11/2025 08:43:14 -03:00



Ver. REINALDO ANTÔNIO MEIRA
(REINALDO MEIRA)



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: DD9KY-JP4F9-X82GX-MDT75

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ REINALDO ANTONIO MEIRA (CPF ***.736.708-**) em 19/11/2025 08:43
- ✓ REINALDO ANTONIO MEIRA (CPF ***.736.708-**) em 19/11/2025 08:43

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate/DD9KY-JP4F9-X82GX-MDT75>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portaldeassinaturas.cmdiadema.sp.gov.br/validate>